

AO EXPEDIENTE
Em: 04 DEZ 2013



Proj. de Lei Complementar nº 172/13

Recebido. Autue-se e
inclua em pauta.

04 DEZ 2013

1º Secretário

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 335 , DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar, que “Acrescenta dispositivos a Lei Complementar n. 215, de 19 de julho de 1999, que ‘Cria a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON’ e dá outras providências”.

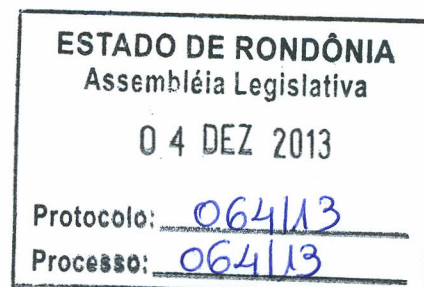
Nobres Parlamentares, o referido Projeto de Lei visa a acrescentar dispositivos à Subseção IV, da Seção II, do Capítulo IV, da Lei Complementar n. 215, de 19 de julho de 1999, para possibilitar aos devedores da Agência IDARON, sobretudo aos pequenos produtores e empreendedores rurais, o parcelamento de seus débitos.

Vale ressaltar, que a medida é salutar, pois oportunizará aos contribuintes a regularização de sua situação fiscal junto à Autarquia, ao mesmo tempo em que servirá de eficiente instrumento para a recuperação dos créditos da aludida Instituição, inclusive aqueles ainda não inscritos em dívida ativa.

Reitero a Vossas Excelências a afirmação de que a concessão do parcelamento de débitos do contribuinte é extremamente vantajosa para os cofres públicos, bem como para o credor, haja vista que ao adotar essa regra há uma facilidade no ingresso da receita, incentivando a quitação dos débitos junto ao Fisco.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 215, de 19 de julho de 1999, que “Cria a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON” e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. A Subseção IV, da Seção II, do Capítulo IV, da Lei Complementar n. 215, de 19 de julho de 1999, que “Cria a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“SUBSEÇÃO IV
OS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA DE
EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Art. 12.

Art. 12-A. As multas aplicadas pelo IDARON, em decorrência de inobservância da legislação de defesa agropecuária, inscritas ou não em dívida ativa, integram sua receita própria, incumbindo-lhe zelar pela efetiva recuperação de tais créditos.

Art. 12-B. Em relação aos créditos inscritos em dívida ativa, decorrentes de multas ou não, é facultado ao IDARON o fornecimento das respectivas informações a entidades de proteção ao crédito, bem como utilização do instituto previsto na Lei Federal n. 9.492, de 10 de setembro de 1997, e correspondente legislação estadual.

Art. 12-C. As multas de que trata o artigo 12-A desta Lei, quando pagas em parcela única até a data de vencimento, os autuados gozarão de desconto de 20% (vinte por cento), podendo ainda, a requerimento do interessado, e sem incidência de juros ou correção monetária, serem parceladas em prestações mensais, com aplicação dos percentuais de desconto previstos no Anexo Único, hipótese em que será observado:

I - o requerimento de parcelamento, quando formalizado no prazo previsto para apresentação de defesa administrativa, deverá ser instruído com comprovação do pagamento correspondente à primeira parcela, ato que importará em renúncia expressa a qualquer mecanismo de defesa, recurso ou impugnação, judicial ou administrativa, sem prejuízo das demais disposições previstas em regulamento;

II - quando da apresentação do requerimento de parcelamento ocorrer após o período previsto no inciso anterior, os descontos a que se refere o *caput* deste artigo serão reduzidos à metade.

III - valor de cada parcela, na data do requerimento, não poderá ser inferior a três (03) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Rondônia (UPF/RO);

IV - o parcelamento não poderá exceder à trinta (30) meses;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA



V - o inadimplemento de qualquer parcela por período superior a sessenta (60) dias corridos ensejará o vencimento antecipado da dívida, tornando-a integralmente exigível, inclusive quanto à atualização monetária e juros, que incidirão consoante previsto na legislação de regência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado de Rondônia (ICMS).

.....”
Art. 2º. Fica revogado o artigo 19 da Lei Complementar n. 215, de 19 de julho de 1999.

Art. 3º. Esta Lei Complementar será regulamentada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA



ANEXO ÚNICO

Quantidade de Prestações do Parcelamento	Desconto Concedido	Valor Percentual a ser pago
1	20,00	80,00
2	12,00	88,00
3	11,50	88,50
4	11,00	89,00
5	10,50	89,50
6	10,00	90,00
7	9,50	90,50
8	9,00	91,00
9	8,50	91,50
10	8,00	92,00
11	7,50	92,50
12	7,00	93,00
13	6,50	93,50
14	6,00	94,00
15	5,50	94,50
16	5,00	95,00
17	4,50	95,50
18	4,00	96,00
19	3,50	96,50
20	3,00	97,00
21	2,50	97,50
22	2,00	98,00
23	1,75	98,25
24	1,50	98,50
25	1,25	98,75
26	1,00	99,00
27	0,75	99,25
28	0,50	99,50
29	0,25	99,75
30	0,00	100,00